

## **II Ciclo de Palestras de Cultura Clássica: Política, Retórica e História**

**Caderno de resumos**

Universidade Estadual de Maringá  
06 e 07 de novembro de 2012  
Auditório – Bloco H-35

**Universidade Estadual de Maringá**

Reitor: Prof. Dr. Júlio Santiago Prates Filho

Vice-reitora: Professora Dra. Neusa Altoé

**Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes**

Diretora: Professora Dra. Nerli Nonato Ribeiro Mori

Diretora Adjunta: Professora Dra. Maria Célia Cortêz Passetti.

**Departamento de Filosofia**

Chefe: Prof. Dr. Max Rogério Vicentini

Chefe Adjunto: Professora Dra. Patrícia Coradim Sita

**Comissão Organizadora**

Prof. Dr. Vladimir Chaves dos Santos (presidente)

Professora Dra. Patrícia Coradim Sita

## **Apresentação**

O evento de extensão “II Ciclo de Palestras de Cultura Clássica: Política, Retórica e História” pretende ser uma oportunidade especial de troca de conhecimentos sobre cultura clássica greco-romana, cuja natureza é interdisciplinar, mediante a convergência de enfoques das Letras Clássicas e da História Greco-romana, em proveito das pesquisas em Filosofia Antiga. Trata-se de uma necessidade na área de Filosofia Antiga o aporte da análise filológica e do conhecimento histórico do período clássico, assim como o tratamento dos problemas de tradução dos textos em grego e latim clássicos. Este evento procura preservar uma característica peculiar da área de Filosofia Antiga, que é sua interface com as disciplinas de Letras Clássicas e História Antiga. Seu escopo é despertar na comunidade acadêmica e em geral o interesse pela Filosofia e mais especificamente pela Filosofia Antiga, além de proporcionar a atualização e reciclagem de conhecimentos entre os pesquisadores de Filosofia, Letras Clássicas e História Antiga, os respectivos alunos de graduação e pós-graduação, bem como os professores de Filosofia e áreas afins do ensino médio, em âmbito regional e nacional.

## Sumário

Adriano Machado Ribeiro <i>Do rhétor à retórica nos V e IV séculos a.C</i> _____	05
Andrey Ivanov <i>A retórica nas artes do trivium no século XII</i> _____	10
Gabriele Cornelli <i>Os prólogos dos diálogos de Platão: entre retórica e história</i> _____	14
Renata Lopes Biazotto Venturini <i>Relações de poder em Roma: o patronato na correspondência Pliniana</i> _____	18

Prof. Dr. Adriano Machado Ribeiro

Letras e Filosofia, Línguas e Literaturas Clássicas

FFLCH/USP

É usual estabelecer o surgimento da retórica enquanto uma arte (*téchne*) no século V a.C. na Grécia. Em razão da queda da tirania em Siracusa, o questionamento sobre propriedades de terra teria levado as decisões sobre tais processos aos tribunais de justiça. A consequência foi, segundo alguns autores antigos, o aparecimento do ensino de uma arte de persuasão, ou seja, o aparecimento de professores e alunos com a finalidade do aprendizado por parte destes de uma técnica do *lógos* capaz de persuadir um grupo de pessoas a partir de um conjunto de preceitos formalizados como operantes eficazes a fim de serem utilizados, empregando-se palavras e argumentos de modo conveniente (*prépon*), de acordo com o momento propício (*kairós*), sendo este avaliado pelas circunstâncias próprias de cada debate.

Há, porém, várias possíveis restrições à afirmação de que a retórica tenha assim surgido na Grécia. Antes de mais nada, questiona-se até mesmo a existência dos possíveis

fundadores da retórica siciliana, visto haja bons argumentos para se questionar que Córax tenha sido, de fato, uma personagem histórica. Além disso, o pouco tempo entre o surgimento de questões práticas – os debates em tribunal - e a fundamentação de uma base teórica leva a desconfiar da possibilidade da efetivação de uma *ars* em tão pouco tempo. Por fim, as características políticas e jurídicas que levaram tais comentadores antigos a afirmar que a retórica surgiu na Sicília levam muito mais a Atenas que a Siracusa. Em vista, pois, das dificuldades em confirmar tal surgimento da arte retórica na Sicília vários comentadores mais recentes passaram a questionar que tenha havido efetivamente uma *téchne rhetoriké* no século V a.C. na Grécia.

O primeiro problema é como dissociar a questão política do aparecimento da liberdade da palavra de Atenas. A perspectiva histórica que desloca o aparecimento do uso da palavra como instância decisória de Atenas para a Sicília parece – ao menos historicamente – trocar o certo pelo duvidoso; com efeito, a *isegoria*, a igualdade no uso da palavra, é uma condição fundamental da cidadania na *pólis* ateniense. Como diz H. Yunes em **Taming Democracy**, o próprio termo “*rhétor* (pl. *Rhéttores*), which literally means 'speaker', was used to designate any citizen who volunteered to address the Assembly

either to move a proposal or just to contribute to the debate.” (p.9). Isso significa, antes de mais nada, que o termo, cujo uso já ocorria bem antes do século V, passa a designar então o cidadão ateniense na atividade soberana da democracia, ou seja, a deliberação em assembleia. É só a partir da designação geral que se relaciona à liberdade do uso que qualquer cidadão pode fazer da palavra em assembleia que o termo passa especificamente a designar os que têm maior eficácia na condução das teses que são debatidas na *ekklésia*.

Haveria assim, antes de mais nada, uma prática do debate político e jurídico que implicava a contraposição de teses. Como ressalta Thomas Cole em *The Origins of Rhetoric in Ancient Greece*, tal prática não especificava uma *téchne* anterior com especificidade e, sobretudo, finalidade próprias. Antes, pois, de haver tal ensino, para Cole o que havia era uma arte argumentativa mais geral, o que se pode designar como *téchne lógon*, uma arte dos discursos, ou melhor, já que a palavra grega *lógos* mantém tal duplicidade, uma arte argumentativa. Seguindo tal linha de raciocínio, embora se separando um pouco dela ao destacar a prática política dos discursos, Edward Schiappa (em *The Beginnings of Rhetorical Theory in Classical Greece*) mostra que a próprio termo *rhetoriké* só aparece pela primeira vez nos textos gregos que

chegaram até nós no diálogo *Górgias* de Platão, ou seja, num texto do IV século a.C.

O surgimento do termo parece assim implicar a designação de algo novo, afinal os requisitos implicados ao se determinar a transformação da prática dos *rhétores* numa *téchne* implica uma nova visada que está atrelada aos requisitos propostos por Platão como próprios e necessários a qualquer conhecimento. Nesta perspectiva, qualificar a prática do *lógos* político e a teoria sobre ele como próprias de uma atividade de ensino do V século a.C. pode ter sido o modo pelo qual Platão definiu os parâmetros de um dos adversários a partir dos quais ele define a sua atividade, estendendo-a a um grande pai fundador – Sócrates – que também viveu no V século a.C.

A relação entre as implicações políticas de uma prática do debate discursivo da democracia bem como de uma *téchne* mais ampla e abrangente dos *lógoi* do V século com a contraposição do conhecimento filosófico tal como ele é definido por Platão é o tema central dessa apresentação. Deste modo, em vez de se acreditar que as restrições, limitações e acusações que Platão impinge à *téchne rhetoriké*, cujo surgimento ele atrela à democracia, sejam definidoras da prática e impossibilitadoras de defini-la teoricamente, talvez seja preciso ampliar nosso olhar para verificar quanto de tal

juízo está relacionado diretamente com as limitações pelas quais o discurso filosófico *retoricamente* define a retórica.

Prof. Dr. Andrey Ivanov

FFC/UNESP-Marília

O lugar da retórica nas concepções do século XII é determinado pelo programa de ensino generalizado nesse período. Mesmo que a organização das escolas e a prática do ensino não fosse uniforme, havia um quadro teórico comum a todas elas. As origens da classificação das sete artes está perfeitamente registrada. Foi Varrão, no século I a.C., que concebeu nove partes do ensino, das quais as sete primeiras foram retomadas no septenário medieval com exclusão da medicina e da arquitetura. A lista dessas ciências inclui, na ordem: gramática, dialética, retórica, geometria, aritmética, astrologia, música, (medicina, arquitetura). Elas são as sete *artes liberales*, isto é, as disciplinas acessíveis ao homem livre e aptas à sua formação, fora dos trabalhos manuais servis (artes mecânicas). Esse agrupamento somente é racionalizado e começa a ser eficaz com Alcuíno no século IX, que estabeleceu seu programa de ensino em dois ramos, o *trivium* (gramática, dialética, retórica) e o *quadrivium* (aritmética, geometria, astronomia, música), em que visava dividir os textos de ensino segundo seus conteúdos. Thierry de Chartres dirá no século XII que o *trivium* tem como

objeto “a expressão do pensamento” (artes do discurso literário e racional, *artes sermocinales*) e o *quadrivium* fornece a matéria para o trabalho intelectual, aplicando essas artes às coisas (*res*), o número, o espaço, as esferas celestes, a harmonia (*artes reales*). Passamos desse esquema à concepção mais elaborada de Hugo de São Vítor no seu *Didascálicon*, no próprio século XII. A classificação das artes que ele propõe situa cada disciplina segundo sua matéria e depois coordena essas disciplinas e suas matérias segundo sua racionalidade. O *trivium* e o *quadrivium* são objeto de uma síntese que os ultrapassa. Uma ampla concepção do saber comanda o novo programa de ensino proposto por Hugo, que divide a filosofia em quatro ramos: teórica, prática, mecânica, lógica. Eis as subdivisões desse quaternário: a *teórica* ou *especulativa* é subdividida em teologia, matemática, física (a matemática, em aritmética, música, geometria, astronomia; subdivisões que abarcam o *quadrivium*) – a *prática* ou *ética*, isto é, *moral*, em solitária, privada, pública – a *mecânica*, em sete artes (lanifício, armadura, navegação, agricultura, caça, medicina, teatro) – a *lógica* ou *discursiva* (*sermocinalis*), em gramática e discussão racional (esta última, em demonstração, argumento provável, sofisticada; e o argumento provável, em dialética e retórica), de maneira que neste ramo comparece o *trivium*. Hugo chega,

portanto, a vinte e uma disciplinas no lugar das sete artes da classificação antiga. Ele amplia a classificação, incluindo as artes mecânicas, pois a filosofia dirige todos os atos humanos. O fermento dessa organização estava nos novos conhecimentos que chegavam do árabe em bloco (as matemáticas em particular) e no *Organon* de Aristóteles que se tornava mais e mais conhecido seja na sua teoria da ciência, ou na sua lógica geral (*logica nova*). Dessa forma, completa-se a dissolução do regime das sete artes, obra do século XII, da estruturação do pensamento com que o renascimento de então se empenhou, mesmo que as rotinas escolásticas tenham perdurado por muito tempo: apenas para citar um caso, o programa da faculdade de artes no século XIII será ligado ao cânone das sete artes. Mas desde o século XII, esse cânone bem como o programa de ensino vão sendo minados. O problema que se coloca de Alcuíno a Hugo de São Vítor é de como constituir uma organização total do saber humano que inclua Deus? – como estabelecer uma subordinação das disciplinas racionais à ciência divina, a teologia? Em Alcuíno e Scoto Eriúgena, o programa das sete artes como estágios progressivos na direção de uma única sabedoria era denominado *filosofia*, “amor à sabedoria.” No século XII, principalmente com Hugo, a filosofia preserva este sentido abrangente, mas sem a oposição

filosofia-teologia; a teologia vem inserida no ramo da filosofia teórica aplicada às coisas: Deus, quantidade, natureza. Como dissemos, Hugo insere as três artes do *trivium* na filosofia lógica. Não atribui à lógica o primeiro lugar porque foi a última a ser constituída, mas é necessária em primeiro lugar para o estudo dos outros ramos da filosofia. A lógica merece o último lugar nas artes segundo a ordem do tempo, em que elas são constituídas, porém, deve preceder todas as outras na ordem do ensino. Eis a sequência dos estudos que Hugo propõe no *Didascálicon*: lógica, ética, teórica, mecânica. A lógica e suas subdivisões foram constituídas para a facilidade da expressão (*eloquentia*). No novo programa de ensino, a retórica é classificada como um tipo de argumentação provável e, como as outras artes, é um instrumento que prepara para o conhecimento total da filosofia, o cume da sabedoria. A retórica, como toda arte, tem seu lugar, e assim é reproposta uma graduação no estudo das diversas artes. Pretendemos falar do lugar da retórica na classificação das artes proposta por Hugo e dos objetivos e da composição dessa arte no século XII.

*Os prólogos dos diálogos de Platão: entre retórica e história*

---

Prof. Dr. Gabriele Cornelli  
DFL/UNB

Platão, em seus prólogos a diálogos como o *Banquete*, *República*, *Parmênides* ou *Teeteto*, revela uma insistência naquela que Christopher Rowe chama de uma tentativa de “autenticação do diálogo” (1998, 15). A presente comunicação irá se dedicar principalmente ao primeiro e último dos diálogos citados, em buscas de uma verificação do sentido histórico e retórico desta autenticação. O prólogo do *Teeteto*, que inicia-se com uma descrição do revés do tecido da construção literária do mesmo, se constitui por uma impressionante sucessão de mediações entre o diálogo mantido por Sócrates com Teeteto e a narrativa por fim lida pelo escravo. Não há como não perceber a *intencionalidade* retórico-filosófica deste jogo platônico no *Prólogo*. O Preâmbulo do *Teeteto* é um “teatro de mediações”, um jogo de mascaramento: há a mediação de Sócrates e sua memória, de Euclides e sua memória, imediata e depois refletida, de novo há a memória de Sócrates interrogada por Euclides, enfim há a mediação da forma do texto e a da leitura do escravo – para não citar o texto escrito que temos

hoje em mãos e as leituras que fazemos dele. Mas exatamente esta excessiva transparência do tecido narrativo, do processo de construção do diálogo, parecer esconde aquilo que, ao mesmo tempo, porém, todo leitor já sabe: isto é, esconde o verdadeiro tecelão, o autor do diálogo: Platão. Todas estas mediações pretensamente históricas da narração do diálogo não passam de uma ficção, de um expediente narrativo, pois é Platão o autor do diálogo. O mesmo acontece, ainda que de forma aparentemente mais emaranhada, no prólogo do *Banquete*. Apolodoro, que é o narrador do diálogo, conta a história do famoso banquete que Agatão, em 416, teria oferecido após sua vitória no concurso trágico, para um grupo de ouvintes, que se revelarão, no final, ricos empresários, que Apolodoro, como bom socrático, não poupará de uma dura crítica (173c-d). Apolodoro narra, portanto, que alguns dias antes um conhecido o teria parado na rua pedindo para contar a história daquele famoso encontro. De fato, este mesmo conhecido havia escutado de outro conhecido dele a história deste simpósio e dos *erotikoi logoi* que lá foram pronunciados. Por sua vez, este outro conhecido ouvira um relatório do mesmo banquete por parte de Fénix, filho de Felipe (172a-b). Apolodoro, no diálogo com o conhecido que está narrando para os ricos empresários - conhecido, este, que acredita, por sua vez, que o próprio

Apolodoro teria participado do *Banquete* – deve reconhecer que a narrativa que até ele havia chegado não estava clara (172b, *saphés*). A imprecisão teria sido inicialmente temporal: o banquete havia acontecido bem antes, numa altura em que Apolodoro, ainda criança, não poderia certamente ter participado. O problema é que na página seguinte (173b) fica evidente que certo Aristodemo, que teria narrado a história a Apolodoro, foi a mesma pessoa que a havia narrada a Fénix. Com escassa precisão, a julgar pelas palavras do próprio conhecido. Além do mais, esse Aristodemo considera a si mesmo um *phaulós* (174c), alguém de *pouco valor*, do tipo que anda descalço e vai para a festa sem ser convidado. A imprecisão de sua narração dos fatos, portanto, torna-se quase que invencível: a fonte de quem quer saber (o conhecido, que depois se revelará ser Gláucon, provavelmente um dos irmãos maiores do próprio Platão) e aquela de Apolodoro (isto é, Aristodemo), é virtualmente a mesma. A intensa sequência de informações parece intencionada a provocar no “leitor” uma sensação de confusão labiríntica. Como confiar em última análise na narrativa, portanto? Apolodoro, pela verdade, afirma ter “verificado” a história com Sócrates, que haveria confirmado (*homologéin*) a veracidade da mesma. Mas, a esta altura, surge naturalmente a dúvida se esta homologação faça

mesmo alguma diferença. De fato, a vagueza da narração é sublinhada novamente pela complicação do fator “tempo”, ainda que ironicamente com a afirmação do contrário: já que esta história Apolodoro a teria contado para Gláucon antes-de-ontem, não estava certamente impreparado (*ouk amelétetos*) para contá-la novamente. Afirmando, portanto, implicitamente, que a memória, especialmente quando não treinada, influi decididamente para a confiabilidade da crônica. A incerteza, então, é novamente afirmada pelo revés da história. Obviamente, a pergunta que toda a tradição de interpretação de Platão se faz é: porque esta insistência de Platão, logo no prólogo, neste jogo entre ficção e realidade? A comunicação será dedicada à uma tentativa de resposta a esta pergunta.

*Relações de poder em Roma: o patronato na  
correspondência Pliniana*

---

Professora Dra. Renata Lopes Biazotto Venturini

DHI/UEM

“Relações de poder em Roma” é um título ambicioso, mas não pretendemos fazer um estudo exaustivo de todos os aspectos multiformes próprios de um tema tão amplo. Como o sub-título sugere “o patronato na correspondência pliniana”, este trabalho é inicialmente um estudo das cartas de Caio Plínio Cecílio Segundo, mais conhecido como Plínio, o Jovem (62-113 d.C.), com o objetivo de identificar as relações patronais na sociedade romana do século II d. C..

Começamos nosso estudo questionando qual a importância do patronato na vida política romana. Atualmente é comum associarmos o patrono àquele que, em virtude de condições econômicas privilegiadas, pode subsidiar o trabalho de um artista ou de um escritor. Neste caso, o patronato está associado à filantropia e dificilmente se fala de uma relação patronal fora do contexto artístico.

No Brasil, a idéia de um patrono no campo político acabaria por se tornar sinônimo de apadrinhamento, ou de corrupção política, ou de nepotismo. No modelo político romano, ao contrário, as

candidaturas e a busca de apoio político se fazia por meio da recomendação (*commendatio*) de um indivíduo à carreira pública. Tratava-se de uma relação de caráter pessoal que dependia de um “patrono-amigo”.

O termo patrono era usado para descrever o papel que um indivíduo tinha na sociedade, bem como a atenção que ele recebia em função de suas capacidades materiais e morais : elas lhe davam a autoridade - *auctoritas* - para atuar publicamente , tornando possível a reunião de um grupo de *amicus* ao seu redor. Deste modo, havia um contexto romano para a prática do patronato. É justamente neste contexto que a instituição da *amicitia* estava onipresente.

A *amicitia* , que poderíamos traduzir muito genericamente por amizade, sugeria diversas formas de envolvimento social. Ela significava uma relação entre os *amici*, na qual a afetividade vinha se ligar às determinações pragmáticas da vida política. Expressava-se por meio da assistência mútua e da *fides* isto é, da lealdade entre os *amici*.

Quando consideramos a prática da *amicitia*, e sua presença nas missivas plinianas é necessário atribuir à palavra “amizade” um sentido mais preciso, mais limitado. As noções que este termo assume nos conduz a identificação de uma linguagem particular

capaz de distinguir, inclusive, relações hierárquicas entre indivíduos de condições sociais distintas, ou entre aqueles que pertenciam ao mesmo meio.

Plínio, o Jovem pode ser reconhecido como um dos ideólogos e participantes mais ativos do poder imperial, principalmente durante o reinado de Nerva e de Trajano. Dirigente de um círculo político-cultural e amigo íntimo de Trajano, ele ilustrou a ótica do *princeps*, aspirando legitimar a política do governante e orientar os interesses dos senadores. Suas epístolas resultam do seu íntimo contato com cidadãos romanos que exerceram diferentes funções no sistema político-administrativo de Roma e veiculam a ligação de seu autor com o poder político por meio do seu círculo de relações pessoais, donde podemos entrever uma característica primordial do patronato.